**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**DATA**: 27.04.2010
**HORÁRIO:** 13:30 as 17:00
**LOCAL:** Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

| **Membros:** | **Participantes:** |
|---|---|
| **SETP** | **COGEMAS** |
| Ana Paula Gonçalves | Jiuzete Vasconcelos de Araújo |
| Carmen C. Zadra | Luis Claudio de Roco |
| Daraci Rosa Dos Santos | Marcela Laino Verrilo |
| Ironi do Rocio Vieira de Camargo | Márcia Mazzarotto |
| Jucimeri Isolda Silveira | Rosilene Beatriz D. Link |

| **Representantes da Secretaria Técnica:** |
|---|
| Ana Carolina K. Bittencourt |
| Castorina M. Dos Santos |
| Helena Navarro Gimenez |
| Kelli Regina Albanese |
| Rosely Lemos |
| Sionara de Paula |

| **Demais participantes:** |
|---|
| Aline Mendes de Queiroz |
| Claudia N. B. Cherubin |
| Edie Havechaki |
| Keity Fabiane da Cruz |
| Laura Gorski |
| Lucimeri S. Bezerra |
| Ludmila C. P. Santos |
| Marcia Beatriz Buhrer |
| Maria Leonor |
| Nicoly Kulcheski |
| Sandra Mancino |
| Silvane Vaz de Siqueira |
| Tatielly Leticia S. Tozo |

**Pauta de reunião ordinária**

**Data: 27.04.2010**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 24 de fevereiro de 2010;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado em março de 2010;
- Processo de desabilitação de Paiçandu e Ventania;
- Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;
- Câmara Técnica CREAS;
- Calendário para discussão e pactuação da NOB/SUAS – 2010 (CIT);
- Sistemática e instrumentos para transição do modelo de desabilitação (CIT);
- Monitoramento da gestão da política de assistência social.

**Informes:**

- Resolução nº 026/2010 – SETP: nova composição CIB;
- Repasse da reunião da CIT de 14/04/2010;
- Encontro Regional para Integração SUAS/SINASE;
- Oficina: Acompanhamento Familiar e o Protocolo de Gestão Integrada (09/04/2010);
- Capacitação para entrevistadores do CadÚnico (Versão 7.0);
- Termo de adesão ao ProJovem Adolescente (Oferta 2010);
- Piso Básico de Transição – PBT – Fase 2.

- **Aprovação da pauta da reunião;**

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, cumprimentou os gestores, técnicos e convidados presentes, confirmou o quórum mínimo e iniciou a reunião. O ponto de pauta “Monitoramento da gestão da política de assistência social” foi incluído e, sem mais indicações, a pauta foi aprovada. Devido à solicitação realizada pela representante do COGEMAS, Márcia Mazzarotto, a ordem dos pontos de pauta foi modificada, conforme segue a memória.

- **Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado em março de 2010;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, apresentou o quadro contendo a relação dos municípios que foram habilitados com condicionalidade em reunião ordinária de 26 de agosto de 2009 e que tiveram o prazo de 180 dias para reordenar suas pendências. Ressalta-se que os municípios foram orientados quanto as providências a serem tomadas, bem como quanto aos prazos para o reordenamento.

Edie Havechaki, Secretário Municipal de Assistência Social do município de Palmeira, descreveu os esforços realizados pela equipe técnica para sanar as pendências descritas. Ao que se refere a adequação da Lei Orçamentária Anual – LOA, esta não foi realizada devido à falta de orientações específicas sobre este processo.

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, explanou para os novos membros que esta experiência da habilitação com condicionalidades foi adotada pela CIB/PR com intuito de favorecer os municípios, pois concede um prazo de 180 dias para que reordenem as pendências e, durante este período, já podem concorrer aos recursos condizentes com o nível de gestão que aderiram. Quando o prazo vence, pela lógica do Fluxo da Habilitação, e caso o município não sane todas as pendências, inicia-se a abertura do processo de desabilitação, pois, conforme supracitado, o município já teve a oportunidade de readequar as pendências dentro de um prazo determinado.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, explana que o processo de desabilitação não é iniciado com o objetivo de prejudicar o município, ao contrário, é compreendido e divulgado como um “processo educativo”, um momento de assessoria e orientações mais detalhadas do que a realizada normalmente, que visa provocar um acompanhamento mais próximo do município pelo Escritório Regional e o diálogo com as instâncias de deliberação municipal sobre as pendências existentes, assim, expandindo a possibilidade de readequá-las.

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, informou que foi retomado com o Tribunal de Contas a construção, neste semestre, de uma normativa institucional para os municípios, orientando sobre financiamento da política de assistência social.

Contudo, apenas o município de Jaguariaíva fez as adequações necessárias e manteve

sua habilitação no nível de gestão básica. Assim, conforme pactuado pela CIB, foi realizada a abertura do processo de desabilitação para os municípios, listados abaixo, que não cumpriram com todas as pendências.

| Escritório Regional | Município |
|---|---|
| **Cianorte** | Guaporema |
| | Jussara |
| **Cornélio Procópio** | Santo Antônio do Paraíso |
| **Guarapuava** | Guarapuava |
| **Jacarezinho** | Santana do Itararé |
| | Tomazina |
| **Ponta Grossa** | Palmeira |
| **Umuarama** | Cafezal do Sul |

– **Processo de desabilitação de Paiçandu e Ventania;**

Kelli Regina Albanese, secretária Técnica da CIB, informou que o município de Ventania estava em processo de desabilitação por solicitação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, pois este não aceitou os relatórios da Conferência Municipal de Assistência Social, bem como entendeu que o município não realizou o evento em consonância com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e demais normativas estaduais. Contudo, em reuniões anteriores a CIB pactuou um prazo para que o município realizasse uma nova Conferência, com acompanhamento do CEAS, Escritório Regional e Ministério Público, a qual ocorreu e foi acatada pelo CEAS. Assim, pactuou-se o encerramento do processo de desabilitação do município.

Com referência ao município de Paiçandu, explanou que o mesmo está sob acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado e sob alerta da Controladoria Geral do Município por ter extrapolado o índice prudencial da folha de pagamento de pessoal e, por isso, o concurso público que estava em processo de realização, para contratação de equipe de referência para o CRAS, teve que ser cancelado (conforme documentação comprobatória encaminhada e confirmação via parecer técnico do Escritório Regional de Maringá).

Rosilene Link, representante do COGEMAS, sugeriu que as fragilidades do município de Paiçandu, como a troca constante de prefeitos, por exemplo, fossem reconhecidas, considerando que este município tentou sanar as pendências apresentadas.

Os membros reconheceram a existência dos trâmites legais descritos pelo município que não permitem a reordenação das pendências relacionadas a contratação de equipe técnica. Assim, pactuou-se o encaminhamento da situação à Comissão Intergestores Tripartite – CIT e agendamento de reunião com o TCE para discussão.

Durante a reunião fez-se presente o atual Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Tércio Albuquerque, o qual cumprimentou os técnicos,

gestores e demais convidados, e fez uma breve fala reconhecendo a importância da referida Comissão nas discussões e pactuações referentes à Política de Assistência Social.

- **Câmara Técnica CREAS;**

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, explicou que, considerando as dificuldades que os municípios estão tendo em relação à estruturação do CREAS, foi instituída Câmara Técnica para compartilhar e aprofundar experiências obtidas pelos municípios neste processo. Informou que foram realizadas duas reuniões onde estavam presentes representantes de todos os portes de municípios. Durante essas reuniões, um aspecto fundamental apontado foi que o advogado deve compor a equipe técnica mínima do CREAS, tendo como atribuições a viabilização de processos, orientações jurídicas, dentre outras. Também foram discutidos a implantação de equipamentos regionalizados, demanda de município de pequeno porte que não possui CREAS, etc. A Câmara teve a iniciativa de encaminhar a produção de orientações referentes a estruturação desta instância que foram apresentadas à CIB.

Assim, pactuou-se o levantamento dos encaminhamentos da Oficina Regional SUAS/SINASE e a verificação de realização de evento estadual que trate sobre a temática.

- **Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;**

Kelli Regina Albanese, secretária Técnica da CIB, informou que na última reunião da CIB, ocorrida dia 24 de fevereiro, pactuou-se que o município teria um prazo irrevogável de 60 (sessenta) dias para a transferência da gestão do programa do Provopar para o órgão gestor, o qual vence dia 21 de maio. Além disso, comunicou que foi encaminhado memorando ao Escritório Regional e ofício ao Prefeito, com cópia à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Ministério Público (comarca local e Centro de Apoio), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, informando o prazo pactuado, bem como orientando sobre a transição do PBF do Provopar para a SMAS.

Rosilene Link, representante do COGEMAS e também Secretária Municipal de Foz de Iguaçu, explanou que a gestão do PBF está sendo realizada no mesmo prédio da PROVOPAR, porém, possui espaço físico exclusivo e é executada pela equipe técnica da assistência social. Além disso, confirmou que existem técnicos nos CRAS responsáveis pela coleta de dados do programa.

Dessa forma, pactuou-se o agendamento da próxima visita *in loco*, com a Comissão designada para tal fim (MDS, COGEMAS, CIB, SETP, Escritório Regional, Ministério

Público), entre os dias 24 a 28 de maio. Solicitou-se ao Escritório Regional de Foz do Iguaçu que sejam feitas 02 (duas) visitas técnicas anteriormente a visita da Comissão, bem como lançado os relatórios no Sistema de Monitoramento, Avaliação e Habilitação Municipal, sendo uma até o dia 30 de abril e a segunda no dia 21 de maio.

- **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;**

Kelli Regina Albanese, secretária Técnica da CIB, apresentou o quadro dos pleitos à habilitação dos 03 (três) municípios que encaminharam processo, contendo as pendências detalhadas de cada. Dessa forma pactuou-se o que segue:

| ESCRITÓRIO REGIONAL | MUNICÍPIO | PACTUAÇÃO EM 27/04/2010 |
|---|---|---|
| **Guarapuava** | Quedas do Iguaçu | Habilitado com condicionalidade |
| **Maringá** | Ângulo | Indeferido |
| | Ivatuba | Indeferido |

O município exposto acima, habilitado com condicionalidade, terá o prazo de 06 (seis) meses para adequação das pendências.

- **Calendário para discussão e pactuação da NOB/SUAS – 2010 (CIT);**

Ana Paula Gonçalves, técnica da SETP, informou que na última reunião da CIT foi apresentado o calendário (tabela abaixo) de atividades que tratará sobre a revisão da NOB/SUAS/2005.

| ATIVIDADE | OBJETIVO | DATA |
|---|---|---|
| Reunião da Câmara Técnica Habilitação/Desabilitação da CIT | Discutir proposta final da Câmara Técnica para apresentação ao plenário da CIT | 29 de abril **OK** |
| Reunião Ampliada da CIT com as CIB | Apresentar e discutir proposta de nova NOB/SUAS | 13 de maio |
| Consulta Pública | Disponibilizar proposta de nova NOB para consulta pública direcionada as CIB, gestores, conselheiros, pesquisadores da área, FONSEAS, CONGEMAS e COGEMAS | Junho e julho |
| Sistematização das propostas da consulta pública | Incorporar no documento da nova NOB/SUAS as contribuições da reunião ampliada e da consulta pública | Julho / agosto |
| Reunião da CIT de Agosto | Início da pactuação da nova NOB/SUAS | 4 de agosto |
| Reunião da CIT de Setembro | Continuação da pactuação da nova NOB/SUAS | 1 de setembro |
| Reunião da CIT de Outubro | Continuação da pactuação da nova NOB/SUAS | 13 de outubro |
| Reunião da CIT de Novembro | Continuação da pactuação da nova NOB/SUAS | 3 de novembro |
| Reunião da CIT de Dezembro | Término da pactuação e encaminhamento para apreciação e deliberação do CNAS | 1 de dezembro |

Pactuou-se na CIB a composição de Comissão que discutirá o tema após a Reunião Ampliada da CIT que ocorrerá no dia 13 de maio em Brasília/DF. Participarão dessa reunião três representantes do Estado, sendo um representante do órgão gestor estadual, um representante da Secretaria Técnica da CIB e um representante do COGEMAS. Estes técnicos serão responsáveis por contribuir com as informações

repassadas e elaboradas na reunião, na discussão da Comissão, composta pelos seguintes técnicos: Daraci Rosa dos Santos, Ironi do Rocio V. De Camargo, Jucimeri Isolda Silveira, Kelli Regina Albanese, Luís Cláudio Roco, Márcia Mazzarotto e Marcela Verrilo.

- **Sistemática e instrumentos para transição do modelo de desabilitação (CIT);**

Ana Paula Gonçalves, técnica da SETP, apresentou aos membros a nova proposta da CIT para o processo de desabilitação dos municípios, com a sugestão da seguinte nomenclatura "Fluxos, responsabilidades e sanções para apuração e superação de situações de inobservância das normativas do SUAS e de descumprimento de pactuação nacional no alcance de metas e adequação de indicadores de gestão e execução de serviços socioassistenciais", sendo solicitado pela mesma, contribuições para complementação do instrumento, que serão apresentadas pelas representantes do Estado do Paraná presentes na próxima reunião da CIT, dia 03 de maio.

A sistemática é muito parecida com o processo de monitoramento adotado pelo nosso Estado, porém ainda está em fase de implementação.

- **Monitoramento da gestão da política de assistência social;**

Ironi do Rocio V. de Camargo, coordenadora substituta da CIB, realizou apresentação sobre o Plano de Monitoramento, Avaliação e Habilitação Municipal. Através desta, informou que na primeira etapa deste Plano 393 municípios foram monitorados e na segunda etapa já foram realizadas 127 viagens com o objetivo de realizar orientações e apoio técnico aos municípios para que cumpram com o Plano de Providências. Há previsão de mais viagens e também estão sendo realizadas reuniões nos próprios Escritórios Regionais, agrupando municípios que possuem as mesmas dificuldades.

Também explicou o objetivo da criação das Câmaras Técnicas, apresentou os municípios que compõe cada uma, bem como descreveu seu funcionamento, atribuições e as atividades que já foram realizadas.

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, solicitou o envio, aos novos membros, do Plano de Monitoramento simplificado com o fluxo.

- **Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 24 de fevereiro de 2010;**

Sem modificações, a memória foi aprovada.

**Informes:**

- **Resolução nº 026/2010 – SETP: nova composição CIB;**

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, informou que a Comissão possui uma nova composição e solicitou que todos os membros se apresentassem. Uma cópia desta resolução foi entregue aos membros no início da reunião, sendo que esta também já havia sido encaminhada via correio eletrônico.

- **Repasse da reunião da CIT de 14/04/2010;**

  Os pontos já foram repassados nos pontos de pauta: “Calendário para discussão e pactuação da NOB/SUAS – 2010 (CIT)” e “Sistemática e instrumentos para transição do modelo de desabilitação (CIT)”.

- **Encontro Regional para Integração SUAS/SINASE;**

  Ironi do Rocio V. de Camargo, coordenadora substituta da CIB, explanou o objetivo do evento. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE, criado por meio da Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a qual estabeleceu princípios e diretrizes, definiu competências, parâmetros e tratou da gestão, financiamento, monitoramento e avaliação desta política.

Em 2007, a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberou estratégias que estimulassem a execução das medidas em meio aberto e deliberou ainda que o CONANDA promovesse encontros nas cinco regiões do Brasil para aprofundar a discussão do modelo de gestão/execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Em 2008, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, iniciou o processo de implementação no âmbito da Proteção Social Especial o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com garantia de cofinanciamento federal.

Como forma de materializar as deliberações da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e fortalecer a articulação entre os sistemas estaduais, distrital e municipais, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome estão realizando nas 05 regiões do país, **Encontros Regionalizados** com vista à sensibilização e articulação dos gestores e conselheiros estaduais, municipais dos direitos da criança e do adolescente e da assistência social, na perspectiva aprofundar a discussão do modelo de gestão/execução das medias socioeducativas em meio aberto de LA e PSC.

Curitiba sediou o encontro da região sul. Foram mobilizados 58, 186

representantes dos três estados participantes, que neste encontro estarão discutindo a consolidação da municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto no âmbito do SUAS.

- **Oficina: Acompanhamento Familiar e o Protocolo de Gestão Integrada (09/04/2010);**

Ironi do Rocio V. de Camargo, coordenadora substituta da CIB, informou que técnicos da SETP participaram da oficina supracitada. Explanou, sucintamente, o conteúdo da Resolução da CIT n° 07/2009, que trata da aprovação do protocolo de gestão integrada. O Protocolo de Gestão Integrada, tem como objetivo disciplinar a integração da gestão dos seviços, benefícios e programas e transferências de renda do governo federal que compõem a Política Nacional de Assistência Social, tais como o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, Programa Bolsa Família – PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Para alcançar este objetivo, o Protocolo define as competências dos entes federados, descreve procedimentos para o acompanhamento familiar dos beneficiários pelos CRAS e CREAS, estabelece fluxo de dados relevantes para identificação de vulnerabilidades territoriais, contribui com a gestão de informação da Vigilância Social e para a prevenção de riscos sociais. O Protocolo de Gestão Integrada também apresenta indicadores para monitoramento e avaliação de seus resultados.

- **Capacitação para entrevistadores do CadÚnico (Versão 7.0);**

Carmen C. Zadra, técnica da SETP, informou que nos dias 5 e 6 de maio, os Ministérios de Desenvolvimento Social/MDS, da Educação/MEC e o da Saúde/MS, estarão promovendo em Curitiba um Seminário Regional Intersetorial das Condicionalidades e Programas Complementares do Programa Bolsa Família (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) sobre Acompanhamento e Registro das Condicionalidades e Ações Complementares Intersetoriais no Programa Bolsa Família. Esse evento tem como propósito fomentar processos regionais e locais de gestão das condicionalidades e ações complementares intersetoriais, para aprimorar o acompanhamento, o registro das informações e a efetividade das ações de apoio educacional, socioassistencial, da saúde e complementares para as famílias do Programa, principalmente aquelas que estão em maior risco social.

Do Paraná, participarão os gestores municipais e operadores municipais da Assistência Social/Bolsa Família e CadÚnico; da Educação/operadores máster da Frequência Escolar e da Saúde/SISVAN dos municípios de Curitiba, Foz do Iguaçu,

Guarapuava, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Paranaguá, Apucarana e Pinhais a serem convocados oportunamente pelos Ministérios envolvidos.

> Foi realizado como piloto a capacitação de Entrevistadores municipais para uso do Novo Formulário da Cadastro Único na região de Maringá, nos municípios de Santa Fé (com 32 inscritos e 30 participantes) e Mandaguaçu (com 30 inscritos e 24 participantes). Obteve-se 100% de aprovação no município de Santa Fé e 90% no município de Mandaguaçu.
>
> Visando o aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família no Estado, esse processo de capacitação ocorrerá nos 18 Escritórios Regionais/SETP, com os 399 municípios, capacitando 1.980 entrevistadores para o Novo Formulário do CadÚnico do governo federal, compromisso assumido, pelo governo estadual/SETP, junto ao Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome com recursos recebidos daquele órgão através do Índice de Gestão Descentralizada Estadual – IGDE.

- **Termo de adesão ao ProJovem Adolescente (Oferta 2010)/ Piso Básico de Transição – PBT – Fase 2.**

Rosana Macedo, técnica da SETP, informou sobre as etapas de ofertas 2010 e transição do PBT, fase II. Também comunicou que os Termos de Adesão deverão ser preenchidos até 31 de maio e solicitou-se aos Escritórios Regionais que instiguem a mobilização dos municípios contemplados para que preencham o Termo até o prazo estipulado, pois, caso contrário, perderão os recursos ofertados.

Os membros discutiram sobre a restrição dos requisitos referentes a idade dos adolescentes e as atividades desenvolvidas. Também debateram sobre a possibilidade e a importância da realização de escuta qualificada aos jovens para que descrevam suas necessidades e interesses, com intuito de redirecionar as ações, dialogando com a Política do Trabalho, e estabilizar a frequência destes no programa.

***Próxima reunião da CIB:** 29 de junho de 2010.